



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANILVA DA SILVA FAGUNDES

**Educação financeira na infância como estratégia de prevenção
ao endividamento adulto no Brasil: implicações pedagógicas**

Orientador (a): Prof.^a. Ms. José Brilhante de Sousa Neto

Linha de Pesquisa em Administração: Educação Financeira

Guanambi, BA

Dezembro, 2025

Educação financeira na infância como estratégia de prevenção ao endividamento adulto no Brasil: implicações pedagógicas

Aprovado em 04 de 12 de 2025.

Comissão Examinadora:

Dr. Claudio Meira - UNEB
Examinador Interno

Ms. Lara Helfenstein Amorim - UNEB
Examinador Interno

Ms. José Brilhante de Sousa Neto - UNEB
Orientador

RESUMO

A educação financeira infantil tem se mostrado fundamental para a formação de competências essenciais à tomada de decisões econômicas conscientes ao longo da vida. No contexto brasileiro, a ausência de práticas pedagógicas estruturadas nas séries iniciais contribui para a formação de adultos com baixo conhecimento financeiro, propensos ao consumo impulsivo e, conseqüentemente, ao endividamento. Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, que analisou a relevância da educação financeira na infância para a construção de hábitos responsáveis na vida adulta. A análise fundamenta-se em referenciais teóricos nacionais e internacionais, além de políticas públicas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Os resultados indicam que o desenvolvimento de habilidades como gestão de recursos, poupança, planejamento e autocontrole está diretamente associado a intervenções pedagógicas lúdicas, contextualizadas e integradas ao currículo escolar. Dessa forma, a educação financeira escolar se consolida como uma estratégia estrutural e preventiva contra o endividamento, contribuindo de maneira decisiva para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de tomar decisões econômicas fundamentadas na sociedade.

Palavras-chave: Educação financeira infantil, Prevenção ao endividamento, Planejamento financeiro, Práticas pedagógicas, Cidadania econômica

ABSTRACT

Children's financial education has proven to be fundamental for the development of essential competencies for conscious economic decision-making throughout life. In the Brazilian context, the absence of structured pedagogical practices in the early years of schooling contributes to the formation of adults with low financial literacy, prone to impulsive consumption and, consequently, to indebtedness. This study consists of a qualitative bibliographic research that analyzes the relevance of financial education in childhood for the construction of responsible habits in adult life. The analysis is based on national and international theoretical frameworks, as well as public policies such as the National Common Curricular Base (BNCC) and the National Strategy for Financial Education (ENEF). The results indicate that the development of skills such as resource management, saving, planning, and self-control is directly associated with playful, contextualized pedagogical interventions integrated into the school curriculum. Thus, school-based financial education is consolidated as a structural and preventive strategy against indebtedness, contributing decisively to the formation of critical, conscious citizens capable of making well-informed economic decisions in society.

Keywords: Children's financial education; Debt prevention; financial planning; Pedagogical practices; Economic citizenship.

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira infantil tem recebido crescente atenção nacional e internacional por seu papel na promoção de bem-estar econômico ao longo da vida. Ensinar conceitos relacionados ao dinheiro desde as séries iniciais ajuda a construir uma base sólida para decisões financeiras conscientes no futuro.

De acordo com Ferreira (2007), lidar com dinheiro não é algo que faz parte do cotidiano da maioria das crianças. No contexto brasileiro, D'Ávila (2019) reforça que a inserção da educação financeira no ambiente escolar ainda é incipiente, caracterizando-se por ações pontuais e desconexas do currículo. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) há evidências de que, em muitos casos, os problemas de dívidas são causados mais pela falta de educação financeira básica do que pela falta de renda.

Em um país onde o hábito da educação financeira não faz parte da realidade da maioria dos habitantes, como é o caso do Brasil, observa-se que grande parte da população apresenta baixo conhecimento financeiro. Essa deficiência impacta negativamente a tomada de decisões relacionadas a compras, seja à vista ou a prazo, contribuindo para o aumento dos índices de endividamento.

A ausência de práticas de planejamento e controle de gastos, aliada à pouca compreensão sobre crédito e juros, favorece a criação de um ciclo contínuo de dívidas, transformando-se em um verdadeiro 'pesadelo' para muitas famílias. Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de inserir a educação financeira desde a infância como estratégia pedagógica de longo prazo.

Ao compreender o valor do dinheiro, o funcionamento das trocas e a importância de poupar, as crianças desenvolvem competências essenciais para o exercício da cidadania e para a formação de hábitos financeiros responsáveis. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece essa necessidade ao propor o trabalho com noções de consumo consciente e planejamento financeiro de forma transversal, especialmente nas áreas de Matemática e Ciências Humanas. Dessa forma, a escola assume papel central na construção de uma cultura econômica mais equilibrada e sustentável.

Assim como a gestão dos recursos públicos exige disciplina e planejamento para garantir a sustentabilidade econômica, a disciplina financeira individual, ensinada desde a infância, é fundamental para a construção de hábitos responsáveis no longo prazo.

Essas diferenças revelam como a disciplina financeira, seja no âmbito individual ou governamental é essencial para garantir a sustentabilidade econômica a longo prazo, demonstrando que o desenvolvimento de práticas financeiras responsáveis deve começar desde cedo, por meio da educação e da conscientização social. Assim como ocorre na gestão pública, a disciplina financeira individual também depende de educação e planejamento, reforçando a importância da formação desde a infância.

Quando falamos de crianças, precisamos entender que o conceito de finanças, muitas vezes, é algo distante. Kishimoto (2001), referência em educação infantil no Brasil, ressaltar que a abordagem pedagógica para este público deve privilegiar situações concretas e lúdicas, compatíveis com seu desenvolvimento cognitivo. Essa característica é explicada por Kishimoto (2001) explica que, psicologicamente, as crianças possuem uma visão imediata dos acontecimentos das coisas, tendendo a não perceber consequências de longo prazo.

Logo, em uma sociedade em que a falta de motivação para lidar de forma responsável com o dinheiro acarreta inúmeros problemas, a educação financeira se apresenta como uma rota de fuga. O indivíduo formado sob essa disciplina adquire o hábito de equilibrar a importância de seus desejos com o propósito de realizá-los, desenvolvendo habilidades essenciais de planejamento.

A educação financeira é um dos principais aprendizados que a criança aplicará em sua vida adulta. Não se trata apenas de conseguir gastar menos do que se ganha, mas de desenvolver autonomia e capacidade de planejamento, aspectos destacados por Luckesi (2011) como diante do exposto, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: qual a importância da educação financeira na infância para a formação de práticas financeiras responsáveis na vida adulta no contexto brasileiro? Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, objetiva-se analisar de que maneira a ausência da educação

financeira nos anos iniciais pode contribuir para o endividamento na vida adulta, bem como discutir o papel da escola e das políticas públicas na promoção de hábitos financeiros conscientes.

O presente estudo tem como propósito evidenciar a relevância da educação financeira na infância, analisando de que maneira a ausência desse conhecimento pode contribuir para a formação de adultos endividados. A discussão baseia-se em dados referentes ao nível de conhecimento financeiro dos cidadãos brasileiros, bem como no panorama das políticas públicas e das práticas implementadas com o objetivo de promover a difusão da educação financeira no país. Além disso, busca-se estabelecer a relação entre a inserção da educação financeira no ambiente escolar e a construção de uma vida financeira equilibrada, fundamentando-se em aportes teóricos que reforçam a importância dessa formação desde as etapas iniciais do processo.

Essa conscientização desde a infância pode ajudar a criar adultos mais responsáveis e conscientes financeiramente no futuro, evitando que repitam padrões de comportamento que levam ao endividamento descontrolado e, conseqüentemente, à instabilidade financeira.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Dessa forma, o presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, constituída a partir da revisão sistemática da produção acadêmica e de documentos oficiais acerca do tema da educação financeira na infância. Nesse caso, o estudo se baseou em um detalhamento da produção científica, de livros, teses e dissertações, com prioridade para autores nacionais e publicações de até vinte quatro anos atrás, ou seja, no intervalo de 2001 a 2025. Para isso, foram acessadas as bases do SciELO e do Google Acadêmicas e do Portal CAPES, com os descritores educação financeira infantil, BNCC e finanças e pedagogias financeiras. A seleção se orientou pela pertinência temática, delimitação temporal e importância acerca dos vínculos entre a educação financeira, o desenvolvimento infantil e as diretrizes curriculares nacionais. Por fim, o material coletado será tratado por meio de uma análise de conteúdo temático, agrupando as contribuições em eixos como fundamentação pedagógica, estratégias de ensino e diretrizes educacionais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Relação entre a carência de educação financeira na infância e o endividamento na vida adulta

Qual a importância da educação financeira na infância para a formação de práticas financeiras responsáveis na vida adulta no contexto brasileiro? conforme Pinheiro (2008), a carência de informações sobre finanças pessoais compromete a capacidade do indivíduo de realizar escolhas conscientes em relação ao consumo e ao uso do crédito. Essa limitação o torna vulnerável a decisões impulsivas e desinformadas, agravadas pela oferta ampla de produtos e serviços financeiros no mercado.

O consumo por impulso, frequentemente estimulado por campanhas publicitárias, aliado à falta de planejamento financeiro, leva muitos indivíduos à dificuldade de manter um equilíbrio entre receita e despesa. Souza e Silva (2018) apontam que a baixa compreensão sobre orçamento doméstico, taxas de juros e instrumentos financeiros básicos faz com que muitos adultos comprometam sua renda com dívidas que poderiam ser evitadas. O resultado é a ampliação do número de inadimplentes e o aumento da dependência de crédito, principalmente nas modalidades mais onerosas, como cartão de crédito e cheque especial.

Nesse sentido, a Serasa Experian (2020) destaca que a má gestão financeira é a principal causa do endividamento no Brasil, sendo comum a priorização de desejos imediatos em detrimento de uma visão de longo prazo. A escassez de educação financeira contribui para que muitas famílias vivam no limite de sua capacidade orçamentária, sem reservas para emergências, o que as torna ainda mais suscetíveis ao sobre-endividamento.

Além da falta de conhecimento técnico, fatores como desemprego, redução da renda, comprometimento com despesas fixas e até mesmo compras feitas para terceiros são causas adicionais que influenciam negativamente a saúde financeira das famílias, conforme analisam Santos e Almeida (2019). Para Mitidieri (2016), a ausência de práticas consistentes de planejamento financeiro dentro do ambiente familiar acaba por reforçar a cultura de uso frequente do crédito, agravando ainda mais o quadro de endividamento, principalmente

quando o acesso a modalidades com juros elevados se torna a única alternativa diante da falta de liquidez.

Diante desse cenário, fica evidente que a ausência de educação financeira na infância influencia diretamente o comportamento econômico na vida adulta. A falta de orientação desde cedo impede o desenvolvimento de habilidades como planejamento, controle de gastos e compreensão do uso responsável do crédito, resultando em maior vulnerabilidade ao endividamento. Assim, políticas públicas e ações educativas contínuas são fundamentais para romper esse ciclo e promover uma sociedade mais consciente financeiramente.

De forma complementar, Assaf Neto (2020) destaca que a educação financeira não gera impacto apenas individual: ela contribui também para a estabilidade econômica do país, fortalecendo o sistema financeiro nacional e promovendo maior inclusão econômica. Em sua análise, indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a buscar alternativas mais sustentáveis para o uso do crédito, além de estarem mais preparados para lidar com variações econômicas, como inflação ou crises de renda.

Portanto, pode-se concluir que a falta de conhecimento financeiro, especialmente desde a infância e adolescência, compromete diretamente a vida financeira adulta. Essa carência gera consequências que extrapolam o âmbito individual, afetando o equilíbrio econômico familiar e social. Assim, a implementação de políticas públicas, programas de educação financeira e ações integradas entre escola, família e instituições financeiras são essenciais para romper o ciclo de endividamento e promover uma sociedade mais preparada economicamente.

3.2 Panorama do conhecimento financeiro da população brasileira e políticas de educação financeira.

O nível de conhecimento financeiro da população brasileira e sua relação direta com o comportamento econômico vêm ganhando destaque nas últimas décadas, sobretudo diante do crescimento dos índices de endividamento e inadimplência no país. Em um contexto marcado pela ampliação do acesso ao crédito e pela complexidade crescente dos produtos financeiros, torna-se

imprescindível compreender como a formação educacional influencia a capacidade dos indivíduos de tomar decisões responsáveis ao longo da vida. Nesse sentido, o panorama atual evidencia desafios significativos que reforçam a necessidade de políticas públicas e ações educativas contínuas.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 78,1% das famílias brasileiras iniciaram o ano de 2024 endividadas, e 28,3% delas possuíam contas em atraso. Apesar de sugerir pequena melhora em relação aos anos anteriores, esse percentual demonstra que o endividamento permanece estrutural e alcança a maior parte da população economicamente ativa (CNC, 2024). Essa realidade é agravada por fatores conjunturais, como inflação elevada, instabilidade econômica e queda no poder de compra, que dificultam a gestão financeira das famílias, especialmente das classes de menor renda.

Entre as modalidades de crédito, o cartão de crédito figura como o principal responsável pelo endividamento, presente em 86,8% dos casos. Além disso, concentra os maiores índices de inadimplência, aproximadamente 53% em razão do uso frequente do crédito rotativo, que possui uma das taxas de juros mais elevadas do mercado (CNC, 2024). A falta de compreensão sobre o funcionamento dos juros compostos, das tarifas e dos prazos de pagamento contribui significativamente para que consumidores, muitas vezes impulsionados pelo consumo imediato ou pela necessidade de suprir despesas básicas, acabem acumulando dívidas impagáveis.

A vulnerabilidade financeira torna-se mais evidente quando analisados os dados por faixa de renda. Famílias com renda mensal de até três salários mínimos destinam cerca de 32% de sua renda ao pagamento de dívidas, enfrentando maior incidência de atraso e menor margem para poupança ou investimentos. Em contrapartida, famílias com rendas mais elevadas, embora também apresentem índices expressivos de endividamento, possuem maior capacidade de honrar compromissos e reorganizar o orçamento quando necessário. Esses dados revelam que o impacto do endividamento não se limita ao volume da dívida, mas se relaciona diretamente à margem de renda disponível e à capacidade de planejamento.

Outro aspecto relevante refere-se ao nível de escolaridade. Indivíduos com maior instrução formal apresentam maior acesso ao crédito, o que pode elevar o volume das dívidas, mas possuem, ao mesmo tempo, conhecimentos que favorecem práticas financeiras mais responsáveis. Já entre pessoas com menor escolaridade, os índices de inadimplência chegam a 29,3%, indicando que a falta de conhecimento técnico e a limitação na compreensão de conceitos econômicos básicos são fatores determinantes para o agravamento das dificuldades financeiras (CNC, 2024). Assim, evidencia-se uma estreita relação entre escolaridade, conhecimento financeiro e autonomia econômica.

Diante desse cenário, políticas públicas de educação financeira assumem papel crucial. A criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, marcou um avanço significativo ao consolidar um conjunto de ações colaborativas entre governo federal, instituições financeiras, escolas, universidades e organizações da sociedade civil. A ENEF busca promover o desenvolvimento de competências financeiras básicas, fortalecendo a tomada de decisões conscientes quanto ao uso do dinheiro, ao consumo e ao crédito (ENEF, 2017). Um de seus principais objetivos é implementar programas de educação financeira em diferentes contextos, com foco na prevenção de comportamentos financeiros inadequados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, reforçou essa perspectiva ao incluir a educação financeira como um tema transversal nas áreas de Matemática, Ciências Humanas e Ensino Religioso. A BNCC prevê que, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, os estudantes desenvolvam competências relacionadas ao planejamento financeiro, ao consumo responsável, ao orçamento doméstico e à compreensão de conceitos como poupança, juros e crédito (BRASIL, 2018). Essa inclusão representa um marco importante, uma vez que reconhece a necessidade de preparar as crianças e os jovens para lidar com situações reais da vida econômica, contribuindo para reduzir desigualdades sociais futuras.

Paralelamente, outras iniciativas nacionais têm contribuído para fortalecer a cultura financeira no Brasil. O Banco Central promove anualmente a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), que reúne ações de sensibilização voltadas tanto para estudantes quanto para adultos. Além disso,

mantém o portal Cidadania Financeira, que disponibiliza conteúdos educativos, calculadoras e ferramentas para apoiar a população na organização de suas finanças pessoais. Essas ações buscam democratizar o acesso ao conhecimento e estimular a autonomia financeira da população.

Organizações como o Sebrae também desempenham papel importante ao oferecer cursos, oficinas e materiais para microempreendedores individuais, pequenas empresas e pessoas interessadas em aprimorar sua gestão financeira. Segundo Santos e Silva (2021), iniciativas como essas contribuem não apenas para melhorar o desempenho empresarial, mas também para fortalecer hábitos financeiros responsáveis que reverberam na vida pessoal. Gonçalves (2022) ressalta que o desenvolvimento de competências financeiras é essencial para a sustentabilidade dos pequenos negócios, especialmente em cenários de instabilidade econômica.

Apesar de avanços significativos, os dados demonstram que a população brasileira ainda carece de domínio sobre conceitos essenciais de educação financeira. A utilização recorrente de linhas de crédito de alto custo, a ausência de reserva emergencial, o baixo controle do orçamento doméstico e a dificuldade de distinguir consumo necessário de consumo impulsivo evidenciam que o conhecimento financeiro ainda não está plenamente consolidado. Por isso, a ampliação das políticas públicas, aliada a ações comunitárias, programas educacionais e iniciativas do setor privado, é fundamental para promover maior inclusão financeira e fortalecer a autonomia econômica dos cidadãos.

Assim, compreender o panorama atual do conhecimento financeiro e as políticas públicas existentes não apenas esclarece os desafios do presente, como também reitera a importância de desenvolver estratégias educativas contínuas. Esse movimento é indispensável para reduzir os índices de endividamento, melhorar a qualidade de vida das famílias brasileiras e construir uma sociedade mais consciente financeiramente.

3.3 A educação financeira escolar como alicerce para uma vida financeira saudável

A inserção da educação financeira no ambiente escolar ultrapassa o simples ensino de conceitos econômicos, assumindo-se como instrumento de transformação social, fortalecimento da cidadania e desenvolvimento de competências essenciais para a vida adulta. Em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas e acesso facilitado ao crédito, a escola torna-se espaço privilegiado para a formação de indivíduos capazes de interpretar criticamente as dinâmicas que permeiam a vida financeira cotidiana. Conforme destaca Freire (1996), a educação libertadora deve permitir que o sujeito “leia o mundo”, compreendendo suas dimensões econômicas, sociais e culturais; nesse sentido, a educação financeira é ferramenta fundamental para a construção dessa leitura crítica.

Oliveira e Silva (2021) reforçam que o ambiente escolar é o local mais adequado para promover o aprendizado contínuo sobre gestão de recursos, pois oferece condições para que crianças e jovens desenvolvam capacidade de análise, senso crítico e autonomia. Para esses autores, a escola é responsável não apenas por transmitir conteúdos, mas por formar cidadãos capazes de tomar decisões informadas, inclusive no âmbito financeiro. A formação desde os anos iniciais contribui para internalizar hábitos e atitudes que influenciam diretamente a relação com o consumo, o orçamento e o crédito ao longo da vida.

Essa perspectiva é compartilhada por Lopes e Nascimento (2020), que identificam que a educação financeira escolar estimula uma cultura de planejamento e responsabilidade, reduzindo comportamentos impulsivos e desorganizados na vida adulta. Esses autores destacam que, quando o aluno é exposto desde cedo a situações práticas envolvendo dinheiro, escolhas e prioridades, ele desenvolve maior autocontrole e habilidades de tomada de decisão, fundamentais para evitar o endividamento e promover a estabilidade financeira futura.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, consolida essa compreensão ao definir a educação financeira como tema transversal e interdisciplinar, devendo ser trabalhado em diferentes componentes curriculares e etapas de ensino (BRASIL, 2018). A BNCC orienta que os estudantes

desenvolvam competências relacionadas ao consumo consciente, organização do orçamento, análise crítica da publicidade e compreensão de conceitos como juros, poupança, crédito e investimento. Assim, reforça-se a ideia de que a educação financeira não deve ser tratada como conteúdo isolado, mas integrada a práticas pedagógicas que favoreçam o protagonismo juvenil, a autonomia e a participação social.

Nesse sentido, a contribuição de Luckesi (2011) é especialmente relevante ao afirmar que processos educativos significativos devem articular-se com a realidade concreta do estudante. Quando os temas financeiros são apresentados de maneira contextualizada por exemplo, no planejamento de um projeto escolar, na organização de despesas pessoais ou na simulação de escolhas de consumo, o aluno compreende a utilidade prática do conhecimento, fortalecendo sua capacidade de organização, responsabilidade e projeção futura.

A importância da educação financeira escolar também é evidenciada em estudos de autores internacionais. Lusardi e Mitchell (2014) demonstram que indivíduos que receberam formação financeira desde a juventude apresentam maior propensão à poupança, melhor gerenciamento de dívidas e maior capacidade de realizar investimentos conscientes. Esses autores evidenciam que a educação financeira está diretamente associada ao bem-estar econômico e à redução de riscos de inadimplência, reforçando a necessidade de sua inclusão sistemática no currículo escolar.

No contexto brasileiro, Morais e Gonçalves (2019) destacam o caráter inclusivo da educação financeira, pois democratiza o acesso a conhecimentos que historicamente foram restritos a determinados grupos sociais. Ao proporcionar que estudantes de diferentes origens socioeconômicas compreendam conceitos fundamentais para o planejamento financeiro, a escola contribui para a redução das desigualdades e promove maior autonomia econômica, fortalecendo a cidadania e ampliando oportunidades futuras.

Diante desse conjunto de contribuições teóricas, torna-se evidente que a educação financeira escolar constitui um alicerce para uma vida financeira saudável. Ela proporciona aos estudantes competências como planejamento,

autocontrole, capacidade de análise e visão de longo prazo onde os elementos essenciais para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos. Assim, sua implementação representa não apenas um investimento educacional, mas um investimento social, capaz de gerar impactos coletivos, reduzir o ciclo de endividamento e promover uma sociedade mais consciente e financeiramente preparada.

4. CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender a inquestionável importância da educação financeira na infância como alicerce para a formação de práticas financeiras responsáveis na vida adulta. Os fundamentos pedagógicos (Kishimoto; Piaget) indicam a urgência de abordagens lúdicas, concretas e contextualizadas para desenvolver o autocontrole, o planejamento e o consumo consciente desde cedo. A revisão bibliográfica confirmou a hipótese central: a ausência desse aprendizado precoce está diretamente associada à maior vulnerabilidade ao consumo impulsivo, à má gestão do orçamento e, conseqüentemente, aos elevados índices de endividamento na vida adulta no Brasil. Embora políticas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representem avanços, o estudo ressalta que a efetivação da educação financeira nas escolas ainda é incipiente, carecendo de maior sistematização, integração curricular e formação docente. A escola assume, portanto, um papel central e estratégico na formação de uma cultura econômica mais equilibrada, atuando como um poderoso instrumento de transformação social e prevenção contra o ciclo de endividamento. É crucial que o corpo docente elabore projetos, sequências didáticas e atividades interdisciplinares, como simulações de compra e venda ou uso de jogos educativos, para que o aprendizado seja prático e significativo para as crianças. A principal limitação deste trabalho reside no seu caráter exclusivamente bibliográfico, não incorporando dados empíricos de campo, como a percepção de famílias ou professores. Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras busquem investigações de campo, como a realização de estudos de caso em escolas com projetos estruturados, entrevistas com educadores e análise

comparativa de metodologias pedagógicas. Em síntese, investir na educação financeira desde a infância é uma ação educacional e social de longo prazo, essencial para formar sujeitos autônomos, promover o bem-estar econômico e fortalecer a cidadania financeira no contexto brasileiro.

5. REFERÊNCIAS.

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças pessoais e educação financeira**. São Paulo: Atlas, 2020.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- BARBOSA, F. C. (Org.). **Ensino, pesquisa e extensão: uma abordagem pluralista**. Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 out. 2025.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2023**. Brasília: STN, 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2025.
- CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – 2024**. Brasília: CNC, 2024. Disponível em: <https://www.cnc.org.br>. Acesso em: 09 out. 2025.
- D'ÁVILA, Cíntia. Educação financeira na escola: desafios e caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 1, 2019.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Relatório de gestão**. Brasília: CONEF, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/educacaofinanceira>. Acesso em: 09 out. 2025.
- FERREIRA, Aurélio. **Educação financeira: uma abordagem para crianças e jovens**. São Paulo: Moderna, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. **Princípios de administração financeira**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2018.
- GONÇALVES, João. Programas de educação financeira para pequenos empreendedores: avanços e desafios. **Revista Sebrae Estudos**, v. 5, 2022.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, Adriano; NASCIMENTO, Lívia. Educação financeira no ensino fundamental: desafios e perspectivas. **Revista Educação em Foco**, v. 18, n. 2, 2020.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014.

MITIDIARI, Bruno. **Crédito e endividamento das famílias brasileiras: uma abordagem econômica e social**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAIS, D. A.; GONÇALVES, R. C. Educação financeira nas escolas públicas: um caminho para a inclusão e cidadania. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 4, n. 1, p. 45–60, 2019.

OLIVEIRA, J. M.; SILVA, L. P. Planejamento financeiro e comportamento econômico: a relevância da formação escolar. **Cadernos de Educação Financeira**, v. 3, n. 2, p. 67–82, 2021.

PIAGET, Jean. **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

PINHEIRO, J. R. O consumo na sociedade contemporânea: reflexões sobre a educação financeira. **Revista de Educação Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 115–132, 2008.

SANTOS, Lúcia; ALMEIDA, Rogério. Determinantes do endividamento das famílias brasileiras. **Revista de Economia Doméstica**, v. 11, n. 2, 2019.

SANTOS, M. A.; SILVA, C. J. Educação financeira no Brasil: panorama das políticas públicas e iniciativas institucionais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 101–120, 2021.

SERASA EXPERIAN. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br>. Acesso em: 09 out. 2025.

SOUZA, Carla; SILVA, Tânia. A influência da educação financeira na prevenção do endividamento. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 16, n. 1, 2018.